ANO X | NÚMERO 112 | JUNHO DE 2014

CONTAG 50 anos

Jornal da CONTAG

A CONTAG é filiada à UITA e COPROFAM

2014 Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG)

Presidenta Dilma Rousseff recebe a CONTAG e as 27 Federações para a resposta à pauta de reivindicações do 20º Grito da Terra Brasil.

20º GRITO DA TERRA BRASIL

Movimento Sindical inova ao realizar ações descentralizadas em todo o País e garante mais conquistas para o campo.

NESTA EDIÇÃO:

- Ações nos estados (págs 4 a 6)
- Balanço das respostas do governo (págs 7 a 11)
- Entrevista com a CUT e CTB (pág 12)

EDITORIAL

MSTTR inova e sai fortalecido do Grito da Terra

Mais de 50 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais protagonizaram os atos do 20º Grito da Terra Brasil por todo o País no último dia 20 de maio, escolhido como o "Dia D" da principal ação de massa realizada pela CONTAG, FETAGs e STTRs. Essa foi a maior mobilização nos 20 anos de realização do Grito da Terra, em número de participantes, de repercussão e de pressão junto aos governos estaduais e federal, coroando o Ano Internacional da Agricultura Familiar, os 50 anos de lutas e conquistas da CONTAG na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e na promoção do desenvolvimento sustentável no campo brasileiro.

A decisão do Conselho Deliberativo da Confederação pela realização de ações descentralizadas e unificadas mostrou um amadurecimento do movimento sindical e o fortalecimento da sua credibilidade, reafirmando sua representação e representatividade perante a sociedade e o governo. Foi construída uma pauta de reivindicações nacional ampla, com questões centrais que contemplam os anseios de todos os sujeitos do campo, das florestas e águas.

Fruto de um amplo processo de negociação que envolveu 19 ministros(as) de Estado, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais conquistaram importantes melhorias nas políticas públicas para o campo, que serão apresentadas de forma detalhada nesta edição. As principais medidas conquistadas foram anunciadas pessoalmente pela presidenta Dilma Rousseff, em ocasião que recebeu a comissão ampliada de negociação no Palácio do Planalto.

O Grito da Terra também conquistou no Congresso Nacional a aprovação do Projeto de Lei Complementar 362/2006, da Sucessão Rural, que permite a compra de terras por herdeiros; a aprovação da Medida Provisória 636/2013, que trata da negociação e remissão de dívidas dos assentados(as) da reforma agrária; a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 57-A, chamada de PEC do Trabalho Escravo, que permite a expropriação de terras para fins de reforma agrária onde for identificado trabalho análogo ao de escravo, entre outras.

A partir da descentralização das ações do Grito da Terra também foram construídas as pautas estaduais, com questões específicas voltadas para a realidade local. Abrimos um diálogo com os governos estaduais e asseguramos avanços importantes para a categoria trabalhadora rural.

Apesar desses avanços, temos consciência de que algumas questões precisam continuar em negociação com o governo federal, como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), a meta de assentamento de famílias para 2014, o aperfeiçoamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), a implementação da Política Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados (PNATRE), entre outros.

Com certeza, o movimento sindical saiu fortalecido após a realização do 20º do Grito da Terra. Foi um processo vitorioso. Acumulamos mais conquistas para o campo e reafirmamos a CONTAG como a maior e mais representativa entidade de trabalhadores e trabalhadoras rurais da América Latina.

Alberto Ercílio Broch
Presidente da CONTAG

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

R$ 24,1 bilhões em crédito e novas medidas são anunciadas para a Safra 2014/2015

O governo federal anunciou as novas medidas para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, em 26 de maio, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, em Brasília. A presidenta Dilma Rousseff e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, listaram as novidades do Plano, que incluem aumento no valor de crédito de custeio e investimento, maior apoio para a agroecologia, aperfeiçoamento de políticas já existentes e anúncios específicos para as mulheres e jovens rurais. Muitas destas medidas anunciadas respondem às reivindicações do 20º Grito da Terra Brasil.

Os agricultores(as) familiares de todo o Brasil foram representados na cerimônia por cerca de 500 trabalhadores(as) rurais do Distrito Federal e Minas Gerais, mobilizados pelas FETAGs desses estados. A CONTAG, que junto a outros movimentos sociais fez reivindicações e negociou demandas da categoria com o governo, participou do anúncio, representada por seu presidente Alberto Broch.

A medida que mais chamou a atenção foi o crédito de custeio e investimento para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): R$ 24,1 bilhões, 14,7% a mais que na safra passada e dez vezes mais que o primeiro Plano Safra específico para o setor, há 12 anos.

Os demais anúncios também dão a perspectiva de melhorias no trabalho no campo. Além do aumento de recursos, o Pronaf terá linhas de crédito para produção orientada com foco nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para adesão de agricultores(as) à produção agroecológica, além de ampliações nos limites de investimento. Não houve ajuste nas taxas de juros, que permanecerão as mesmas da safra passada.

Também haverá um novo sistema de crédito para famílias assentadas pela reforma agrária, que prevê investimento com base nos ciclos da produção desde a instalação. As famílias que ainda possuem dívidas também terão a possibilidade de renegociá-las para voltarem a acessar os créditos. A presidenta também determinou que a gestão e controle da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) será feita pelo MDA a partir da sua regulamentação e contará com recursos para atender 800 mil famílias em 2014.

As mulheres e jovens trabalhadores(as) rurais terão medidas específicas que contribuirão para a autonomia econômica e sucessão rural, principalmente para ATER, onde serão priorizadas 50% do atendimento para as mulheres e para 20 mil jovens. No Pronaf Jovem, haverá ampliação do atual limite de acesso de apenas uma operação para três operações de até R$ 15 mil.

CÉSAR RAMOS

No âmbito do Pronaf Mulher, haverá ampliação da operacionalização do microcrédito orientado e 30% do total de contratos será para mulheres. A secretária de Mulheres da CONTAG, Alessandra Lunas, lembra: "Ter metas concretas para avançar na implementação do Pronaf Mulher são reivindicações históricas das trabalhadoras rurais".

O secretário de Política Agrícola da CONTAG, David Wylkerson, avalia positivamente os anúncios deste Plano Safra. "Nós negociamos muito com o governo e o atendimento às demandas foi próximo da nossa expectativa. Essas medidas darão condições para o agricultor(a) ser estimulado a acessar os créditos e ter uma boa produção, o que vai melhorar sua renda e sua qualidade de vida no campo".

Alberto Broch, presidente da CONTAG, acredita que este foi o maior e mais articulado Plano Safra já lançado no Brasil. "Esse Plano vai gerar não só aumento na produção de alimentos, mas principalmente desenvolvimento para o país. A agricultura familiar beneficia além dos trabalhadores(as), suas comunidades. São milhares de pessoas envolvidas nesse processo", ressaltou.

20º Grito da Terra reúne 50 mil pessoas em todo o País

CONTAG, Federações e Sindicatos garantem mais conquistas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

ROBERTO STUCKERT FILHO/PR

CONTAG recebe da presidenta Dilma o caderno de respostas à pauta do Grito.

Foi certeira a decisão do Conselho Deliberativo da CONTAG de realizar o Grito da Terra Brasil de forma descentralizada e unificada. A CONTAG, Federações e Sindicatos articularam e mobilizaram 50 mil trabalhadores(as) rurais, dirigentes de base, técnicos e assessores(as) do MSTTR, consagrando um processo formativo de elaboração, mobilização e negociação das pautas de reivindicações em âmbito nacional, regional e estadual, que resultaram em avanços concretos nas políticas públicas que melhorarão ainda mais as condições de vida dos trabalhadores(as) rurais. O Grito da Terra 2014 foi o maior de todos, consagrando os 50 anos de luta e conquistas da CONTAG e o Ano Internacional da Agricultura Familiar.

A maioria das ações se baseou nas questões centrais da pauta de reivindicações: reforma agrária, organização e enquadramento sindical, fortalecimento da agricultura familiar, salário decente e condições dignas de trabalho para os assalariados(as) rurais. Portanto, em vários estados, ocorreram ocupações das Superintendências do Incra, das Delegacias Regionais do Trabalho, além da entrega e negociação das pautas com os governos estaduais.

Em Brasília, a CONTAG coordenou a Comissão Nacional de Negociação, composta por mais de 150 lideranças dos 27 estados. Este grupo foi recebido por 19 ministros(as) de Estado, pelas equipes técnicas e pela presidenta Dilma Rousseff, em 21 de maio.

Na audiência de resposta à pauta de reivindicações do 20º Grito da Terra, Dilma e os ministros do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, destacaram algumas respostas. A presidenta adiantou que serão disponibilizados R$ 24,1 bilhões de crédito para custeio e investimento para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 e que a demanda dos registros sindicais será nos moldes reivindicados pela CONTAG, com a continuidade do debate sobre os critérios.

Rossetto garantiu que o Governo Dilma pretende avançar na assinatura de decretos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Para demonstrar esse compromisso, o ministro assinou uma Portaria que trata de procedimento operacional para que as terras dos devedores da União, quando houver penhora de propriedade rural e transferência do bem para a União para pagamento das dívidas, o mesmo poderá ser destinado para o programa de reforma agrária.

A presidenta Dilma destacou o importante diálogo firmado com a CONTAG durante o seu mandato. “Nesses quatro anos, aprendemos de parte a parte e esse diálogo tem resultado em importantes avanços para o campo. Temos tido uma relação bem sucedida no meu governo e reconheço que vocês deram grande contribuição, com apresentação de uma pauta clara e por estarem sempre abertos ao debate.”

AVALIAÇÃO DA CONTAG – A CONTAG e as FETAGs avaliaram que as respostas apresentadas são satisfatórias. No entanto, alguns pontos ainda precisam avançar. “Não recebemos 100% do que reivindicamos. Vamos valorizar as conquistas e deixar as portas abertas para continuar debatendo com o governo os pontos que precisam avançar”, destacou Alberto Broch, presidente da CONTAG.

Para Broch, a reforma agrária é um ponto que precisa avançar, principalmente na quantidade de famílias assentadas. A CONTAG apresentou uma demanda de assentamento de 150 mil famílias, mas o governo não anunciou oficialmente nenhuma meta. Outros pontos destacados pelo presidente que precisam continuar em debate são, por exemplo, o crédito fundiário e a habitação rural.

A secretária de Mulheres da CONTAG, Alessandra Lunas, também cobrou a priorização do governo na discussão sobre os impactos das obras do PAC, a implementação urgente das creches no campo e dos quintais produtivos.

Repercussão do Grito da Terra na mídia

O 20º Grito da Terra Brasil e as ações descentralizadas nos estados tiveram uma boa repercussão na mídia nacional, regional e local. Foram veiculadas matérias nos principais telejornais e houve uma expressiva cobertura dos jornais impressos, sites e em programas de rádio. As redes sociais também foram aliadas na massificação das notícias e fotos das mobilizações e negociações em Brasília e em todo o País.

As TV's Globo, Record, Band, Canal Rural, TVT, entre outras, Folha de S. Paulo, Agência Brasil, Estadão, Valor Econômico, Jornal do Brasil, Correio Braziliense, Rádio Nacional, portal G1, Grupo RBS, Rádio Brasil Atual, portal Vermelho, e a maioria dos jornais regionais e locais são alguns dos vários veículos que divulgaram massivamente as ações realizadas.

Nesse ano, uma novidade foi a transmissão do “Dia D” do Grito da Terra via rádio web, no site da CONTAG, a partir de uma parceria com a Agência Abraço. O objetivo foi reunir, neste espaço, as informações e opiniões dos(as) dirigentes sobre o andamento dos atos a partir dessa nova estratégia adotada pelo movimento sindical.

Mobilizações descentralizadas marcam o Grito da Terra

As Federações e Sindicatos reuniram 50 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais em várias ações pelos estados, como ocupações, marchas, entrega e negociação de pautas de reivindicações, e outros tipos de atos em busca de melhoria de qualidade de vida e trabalho no campo.

CÉSAR RAMOS

DISTRITO FEDERAL

No "Dia D" do GTB, os trabalhadores(as) rurais se concentraram logo cedo em frente à sede da Terracap, empresa estatal responsável pela área imobiliária do DF. No dia anterior, os dirigentes da FETADFE foram recebidos pelo governador Agnelo Queiroz para negociação da pauta local. A mobilização buscou cobrar do governo uma resposta direta aos trabalhadores(as), que ocorreu durante o ato por meio de um representante do GDF. Segundo o presidente da FETADFE, Romilton Machado, 80% das reivindicações foram atendidas. No começo da tarde, o grupo se deslocou para a sede do Incra para reivindicar pontos da pauta nacional. Romilton avaliou bem a estratégia de descentralização do GTB. "Para a FETADFE foi muito positiva, pois conseguimos negociar bem as nossas demandas".

ARQUIVO FETAEP

PARANÁ

A FETAEP começou suas ações de mobilizações do GTB em abril, quando realizou duas reuniões na Assembleia Legislativa do Paraná e no Incra estadual. Os trabalhadores(as) rurais acamparam em frente à sede do Incra de um dia para o outro. A principal reivindicação deles é o assentamento de milhares de famílias paranaenses que seguem acampadas há anos a espera de terra. Outra atividade organizada pela FETAEP foi o Festival Estadual da Juventude Rural, que reuniu jovens de todo o Paraná e contou com participação de autoridades. Os jovens encaminharam sua pauta de reivindicações às instâncias governamentais. "Os atos descentralizados trouxeram uma importante visibilidade para o MSTTR. No Paraná, havia uma diferença de tratamento do Incra com os movimentos sociais, com a FETAEP ficando em segundo plano, e essa diferença foi resolvida", avalia o presidente da FETAEP, Ademir Mueller.

ARQUIVO FETAG-RR

RORAIMA

No dia 20 de maio, a FETAG-RR mobilizou dirigentes sindicais e trabalhadores(as) rurais da região para ocuparem a Assembleia Legislativa de Roraima. Na ocasião, os manifestantes entregaram, ao presidente da Assembleia, a Lei de Terras, importante documento que trata da regularização fundiária no estado, com alterações propostas pela FETAG-RR e outros movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. Após a ocupação, os participantes se reuniram na sede da Federação para discutirem a preparação de um ato de reivindicação maior em agosto. Para a presidente da FETAG-RR, Maria Alves, a estratégia descentralizada "mostra ao governo federal e aos governos dos estados que os movimentos sociais estão articulados e mobilizados por suas demandas".

LUCIANE MACHADO

RONDÔNIA

A FETAGRO aderiu às ações do GTB e, nos dias 20 e 21, mobilizou uma comissão de negociação composta de lideranças da Federação e dos STTRs rondonienses, que entregou a pauta de reivindicações dos trabalhadores(as) de Rondônia ao governo do estado e a mais de dez órgãos estaduais onde há necessidade de diálogo das demandas. Esta comissão já realizou audiência com o Ministério da Agricultura e a CONAB no início de maio, e segue agendando reuniões com os outros órgãos públicos, tendo uma já marcada com o Incra para o início de junho. O presidente da FETAGRO, Fábio Menezes, acredita que a descentralização ajudou nas negociações: "Dessa forma, podemos tratar diretamente com os governos estaduais os resultados e encaminhamentos das audiências para garantir a implementação nos estados".

ROBERTA PELISSARI

ESPÍRITO SANTO

A FETAES manteve a tradição de realizar o ato de Grito da Terra no 1º de maio, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, em ação articulada com a CUT-ES e os trabalhadores(as) urbanos para uma marcha pela orla de Jardim Camburi, em Vitória. A Federação entregou a pauta de reivindicações ao governo do Espírito Santo em fevereiro, mas não conseguiu se reunir com o governador para negociação das demandas, tendo feito audiências apenas com o secretariado. A FETAES segue cobrando o encontro com o governador. O presidente da Federação, Julio Cezar Mendel, acredita que a estratégia de descentralização foi muito válida. "Dessa forma, conseguimos levar mais trabalhadores e trabalhadoras rurais para as ruas dos estados do que conseguiríamos levar para Brasília".

JANES SOUZA

CEARÁ

A FETRAECE coordenou, em Fortaleza, as ações dos trabalhadores(as) rurais no “Dia D”do Grito da Terra. Com chapéus de palha e bandeiras em punho, foi realizado um grande ato de rua com percurso de 8 km. Ocorreram duas audiências: com o governador e com o Dnocs. Segundo o presidente da FETRAECE, Luiz Carlos Ribeiro de Lima, boa parte das reivindicações foi atendida. O governador Cid Gomes liberou R$ 6,1 milhões em recursos para a agricultura familiar. “O GTB, no Ano Internacional da Agricultura Familiar, demonstrou que o MSTTR tem credibilidade para reivindicar sua pauta e negociar com os governos com autonomia. Isso consolida a nossa mobilização.” Ele também avaliou a descentralização das ações. “Foi uma estratégia acertada, envolvendo mais trabalhadores(as) nas manifestações de rua e oportunizando a apresentação de pautas locais à sociedade e aos governos estaduais. A simbologia em realizar as manifestações no mesmo dia e horário ganhou uma dimensão jamais vista, inclusive na imprensa.”

ASSCOM FETAG-RS

RIO GRANDE DO SUL

Trabalhadores(as) rurais também participaram das ações do Grito da Terra em Porto Alegre. A concentração ocorreu na sede da Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário, onde também está instalada a Delegacia do Ministério da Agricultura. Às 13h, os trabalhadores(as) caminharam até o Palácio Piratini, onde o governador Tarso Genro fez uma introdução às respostas, que foram completadas pelo secretariado. Ele garantiu a assinatura de termo de cooperação com a FETAG-RS para distribuir protetor solar nos municípios. O presidente da Federação, Elton Weber, projetou que entre 60% a 70% dos itens da pauta foram assumidos compromissos, inclusive alguns com respostas. Então, a avaliação é positiva, inclusive da estratégia de descentralização das ações. “A decisão do Conselho da CONTAG de realizar as ações descentralizadas foi positiva. Notamos também que os governos, tanto estadual quanto federal, perceberam que era a semana de mobilizações e, portanto, a pressão funcionou.”

ASCOM FETASE

SERGIPE

Coordenados pela FETASE, trabalhadores(as) rurais ocuparam a sede do Incra estadual, em 20 de maio, para reivindicar melhorias para os projetos de assentamento e acampamentos da reforma agrária, agilidade na titulação das terras, entre outras questões. O superintendente Leonardo Goes recebeu a comissão de negociação e abriu o diálogo sobre a pauta estadual à luz dos encaminhamentos nacionais. A partir dessa mobilização, a FETASE conseguiu agendar audiência com o governador do estado, Jackson Barreto, para o dia seguinte. Dessa reunião, saiu o compromisso de criar o Departamento de Agricultura Familiar. Em 21 de maio houve uma agenda com a Secretaria de Educação para tratar do EJA Campo. Para Solange Ferreira dos Santos, presidente da FETASE, a opção do MSTTR pela realização das ações descentralizadas no 20º Grito da Terra Brasil foi positiva. “Hoje, vemos como positivo e diferente dos anos anteriores. Com certeza, trouxe mais visibilidade.”

LUTIANE PORTILHO

GOIÁS

A FETAEG também organizou ações para o “Dia D” do Grito da Terra. Trabalhadores(as) rurais ocuparam a Secretaria Estadual da Agricultura e cobraram o cumprimento de uma série de ações relacionadas à reforma agrária, ATER, fortalecimento da agricultura familiar, fiscalização das condições de trabalho dos assalariados rurais e meio ambiente. Depois, o grupo seguiu em marcha pelas ruas de Goiânia, entregaram a pauta à Superintendência do Banco do Brasil e cobraram do Incra agilidade no processo de reforma agrária. A pauta continua em negociação, mas um dos avanços é que a Lei Estadual da Agricultura Familiar está tramitando na Casa Civil. “Temos boas perspectivas para o atendimento à nossa pauta”, disse o presidente da FETAEG, Alair Santos. Goiás também aprovou o novo formato de mobilização do GTB. “Foi bem interessante. De forma descentralizada, tivemos a possibilidade de mobilizar mais pessoas. Deu mais visibilidade às ações do Grito e a imprensa deu boa cobertura”.

ARQUIVO FETAG-PI

PIAUÍ

Em Teresina, a FETAG-PI coordenou as ações no estado durante “Dia D” do Grito da Terra. A concentração ocorreu na Praça da Liberdade. Depois, os trabalhadores(as) seguiram em marcha pelas ruas da capital. Em frente ao INSS, foi cobrada agilidade nos processos de perícias médicas. No Banco do Nordeste, rapidez na liberação de créditos. Também teve audiência no Palácio de Karnak com o secretário de governo Freitas Neto, que representou o governador Zé Filho. “Ouvimos o compromisso de que serão realizadas ações em parceria com a FETAG-PI para atender às nossas reivindicações no que for possível. Portanto, o GTB não terminou. Continuaremos a negociação da pauta com o governo”. Elisângela destacou, ainda, a estratégia de realizar ações descentralizadas. “No começo, fui contra a descentralização. Hoje, estou convicta de que foi uma decisão acertada do MSTTR. Foi um Grito positivo, com importantes conquistas e cobertura pela mídia local e nacional.”

RONALDO PATRÍCIO

PERNAMBUCO

Coordenados pela FETAPE, trabalhadores(as) rurais fizeram atos em 20 de maio: pela manhã, em frente à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e em frente ao Iterpe; à tarde, em frente ao Incra. Nos três locais, houve diálogo com os secretários de Agricultura do estado sobre a pauta de reivindicações que cobra, dentre outros pontos, um plano de reestruturação socioprodutiva para a Zona da Mata pernambucana e demandas sobre reforma agrária, assistência técnica, e fiscalização das condições de trabalho dos assalariados rurais. Dentre as respostas, o governo anunciou a realização de chamada pública para a contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural para 5.246 famílias; o restabelecimento dos recursos do crédito instalação, de forma gradual; e a busca de soluções, junto aos Ministérios Público Federal e Estadual, do conflito socioagrário que acomete as famílias do Projeto de Assentamento Santa Izabel. Segundo Doriel Barros, presidente da FETAPE, "a nova estratégia do Grito foi uma decisão acertada da CONTAG por possibilitar a presença de mais trabalhadores(as) nas mobilizações".

BETO MOTTA

SANTA CATARINA

A FETAESC organizou, em 20 de maio, marcha com trabalhadores(as) rurais pelo centro de Florianópolis rumo à Assembléia Legislativa, onde houve concentração. À tarde, uma comitiva representando todos os manifestantes reuniu-se com o governador Raimundo Colombo e secretários de Estado de várias áreas para discutir a pauta de reivindicações. Dentre elas, estão o reforço dos investimentos no abastecimento de energia nas áreas rurais do estado; o acesso da população rural à internet e telefonia; e a operacionalização do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Em nome do governador, as respostas foram anunciadas aos trabalhadores(as) pelo secretário de Agricultura de Santa Catarina, Airton Spies. Dentre todas, José Walter Dresh, presidente da FETAESC, destaca a recuperação de 2.500 km de rede de energia no estado e a responsabilidade em criar o decreto que institui o CAR em Santa Catarina em 1 de junho. Segundo o dirigente, "a estratégia descentralizada do 20º GTB foi extremamente positiva e mostrou o poder de mobilização das Federações espalhadas pelo Brasil e, ao mesmo tempo, a capacidade de articulação da CONTAG".

ARQUIVO FETARN

RIO GRANDE DO NORTE

Entre 20 e 21 de maio, trabalhadores(as) rurais participaram, sob coordenação da FETARN, do Grito da Terra RN. No primeiro dia, eles(as) acamparam em frente à sede do Incra, em Natal, para negociar com este órgão, com a Delegacia Federal do MDA, com o MTE, com a Secretaria Estadual de Agricultura e agentes financeiros a pauta de reivindicações estadual. No segundo dia, os manifestantes passaram o dia no centro administrativo do estado para dar continuidade às negociações. A pauta demanda, entre outros pontos, a criação de política de recursos hídricos para universalizar o acesso à água no estado; e a desapropriação de imóveis rurais pelo Incra e infraestrutura para os assentamentos de reforma agrária. Para Manuel Cândido, presidente da FETARN, "a nova estratégia descentralizada foi positiva pois todos os pontos estaduais estavam em sintonia com a pauta nacional." Segundo ele, ficou determinada, junto ao governo estadual, uma agenda permanente de discussão de todos os pontos da pauta, principalmente o que diz respeito à convivência com a seca.

VERA PAOLONI

PARÁ

Denominado este ano de "Marcha das Margaridas e Juventude Rural Paraense" e organizado pela FETAGRI-PA, o Grito da Terra Pará realizou, entre 20 e 21 de maio, mobilizações em vários municípios. Em Oriximiná, foi feito um ato em frente à prefeitura; em Itaituba, houve ocupação do escritório da Celpa; em Altamira, foi realizado ato público e caminhada até a sede do Incra; em Santarém, os(as) manifestantes fecharam a BR 163; e em Belém, os trabalhadores(as) acamparam em frente ao Palácio do Governo. Dentre as demandas da pauta do Pará, está a cobrança na agilidade na execução dos programas do governo federal como: Luz para Todos, Programa Nacional de Habitação Rural, Regularização Fundiária, dentre outros. Com relação à nova estratégia do Grito, Francisco de Assis Solidade, presidente da FETAGRI-PA, avalia que "o caminho é esse". Segundo ele, é possível mobilizar mais gente e discutir as pautas nacional, regional e estadual. "Colocamos na mesa das instituições públicas, simultaneamente, todos os problemas que a classe trabalhadora rural vive".

NAIANA CARLA DA SILVA OLIVEIRA

ALAGOAS

Em 20 de maio, "Dia D" do Grito da Terra Brasil, trabalhadores e trabalhadoras rurais se mobilizaram por melhores condições de trabalho, assistência técnica, saúde, segurança e habitação rural. Os(as) participantes, coordenados pela FETAG-AL, marcharam até o Incra, onde fizeram um ato público. Depois, uma comitiva participou de uma audiência pública na Assembléia Legislativa. Dentre outros pontos, a pauta de reivindicações de Alagoas demanda: mais recursos para habitação rural, R$ 52 bilhões para custeio e investimento para a agricultura familiar; a implementação do III Plano Nacional de Reforma Agrária; e a implementação de um programa que atenda os trabalhadores e trabalhadoras assalariados(as) no período da entressafra. Segundo Genivaldo Oliveira, presidente da FETAG-AL, as negociações com o governo continuam. Sobre a nova estratégia de se fazer o Grito da Terra Brasil de forma descentralizada, o dirigente avaliou positivamente: "mostramos para a sociedade a importância tanto do Grito aqui do estado como do nacional. O fato de ele ter sido simultâneo em todo o Brasil teve grande importância política".

Balanço da resposta do governo à pauta de reivindicações

Secretarias da CONTAG avaliam as negociações com os diversos Ministérios, apontando as conquistas de políticas públicas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais e destacando os pontos que ainda precisam avançar.

REFORMA AGRÁRIA

OBTENÇÃO DE TERRAS:

1- Desapropriação: O governo se comprometeu em editar 150 Decretos de Desapropriação e em criar 274 novos assentamentos, até o final deste ano. Visando ampliar e dar efetividade a esta ação, parte da negociação foi realizada diretamente com alguns superintendentes regionais do Incra, que foram chamados à presidência do órgão para analisarem, junto com os representantes das FETAGs, a situação dos processos que tramitam no Incra, e que somam 662 imóveis de interesse do MSTTR em todo o Brasil. Foi também assegurada a continuidade destas reuniões envolvendo o Incra, as Federações e a CONTAG, para assegurar o acompanhamento e a conclusão das ações.

2- Adjudicação de terras para a reforma agrária: atendendo a uma demanda histórica do movimento sindical, foi assinada uma Portaria Conjunta entre o MDA e Advocacia Geral da União, que permite que as áreas de terras de devedores da União possam ser incorporadas ao processo de reforma agrária, para serem distribuídas aos trabalhadores(as) rurais.

3- PNCF: Serão elaboradas, com urgência, as novas normas para atualização e melhoria nas condições do PNCF, considerando as possibilidades oriundas da aprovação e sanção do PL 363/2006, em um processo que contará com a participação do MSTTR. Foi assegurado, também, o compromisso de manutenção das operações atuais do programa, mantendo o processo de transição até a aprovação das novas medidas.

4- Regularização fundiária: A negociação envolveu a participação conjunta do Incra, da Secretaria de Ordenamento Agrário (SRA) e da Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia (Serfal). O Incra afirmou que está empenhado em concluir o trabalho do GT Interministerial que pretende construir o sistema integrado de dados sobre a estrutura fundiária e articular as ações de regularização fundiária entre os diversos órgãos. Comprometeu-se em atender à reivindicação do GTB e garantir a participação da CONTAG em tal grupo. Também informou que, em 2015, deverá ser implantando o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR.

A SRA se comprometeu em manter as ações que realiza em convênio com os governos estaduais para realizar o cadastro e o georreferenciamento de propriedades e atuará para expedir em torno de 80 mil títulos até o final de 2014.

A Serfal assumiu o compromisso de realizar, em conjunto com as FETAGs da região, o levantamento das demandas prioritárias em cada estado para serem atendidas neste ano. Para tanto, organizará um seminário envolvendo os representantes do MSTTR e os responsáveis pelo programa Terra Legal, visando planejar as ações para atendimento destas prioridades.

CÉSAR RAMOS

DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO:

1- Organização dos assentamentos: Com a aprovação da Medida Provisória 636, que permitirá mudanças positivas na forma de organização dos assentamentos, foi assumido pelo Incra o compromisso de ampliar o debate com o movimento sindical, visando assegurar a implantação das medidas que possam viabilizar maior qualidade às áreas de reforma agrária. Neste sentido, será realizado seminário nacional visando aprofundar temas como o financiamento da reforma agrária, as formas de destinação de crédito e a estruturação produtiva das áreas, as demandas diferenciadas para os serviços de ATER de acordo com as realidades regionais, infraestrutura e controle social das políticas públicas, dentre outros.

2- Apoio à comercialização: A Presidência do Incra expedirá orientação às Superintendências Regionais do órgão para que ampliem a divulgação para as FETAGs e para os assentados sobre os programas Terra Sol e Terra Forte, assegurando maior acesso das famílias a estes instrumentos. Especialmente, será estimulada a participação dos assentamentos nas feiras locais para comercialização de produtos, prioritariamente aqueles agroecológicos e voltados à alimentação, apoiando os interessados com a disponibilização de instrumentos como tendas, balanças, embalagens e etc, com a logomarca dos produtos da reforma agrária. Esta ação poderá ser potencializada com a efetivação de um convênio entre o Incra e a CONTAG de capacitação voltada a ampliar a ação dos agentes de Ater de forma articulada com a realização de outros programas destinados aos projetos de assentamento.

ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA PAUTA DE REFORMA AGRÁRIA

Foi firmado o compromisso com a Presidência do Incra de realizar reuniões e encontros nacional e regionais, com a participação dos diretores do Incra nacional, dos superintendentes regionais, da CONTAG e das FETAGs, para monitorar a efetivação da pauta negociada.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

CÉSAR RAMOS

Assegurar a continuidade do GT Rural e dos debates por critérios de Dissociação e de Representatividade para construção de uma proposta do Ministério do Trabalho e Emprego, garantindo que a suspensão de tramitação de processos de Registro Sindical de entidades de categorias específicas no campo permaneça até a conclusão final dos debates do GT Rural.

Foi informado pela Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que será criado um grupo de trabalho, com a participação da CONTAG assegurada, para estudar os novos critérios para registro sindical, com previsão de, em 45 dias, esgotar a discussão. Até lá, serão paralisadas as análises de novos registros sindicais.

POLÍTICA AGRÍCOLA

1. Liberação de R$ 24,1 bilhões para o Pronaf Crédito.

Houve um aumento de 14,76% em relação ao Plano-Safra da Agricultura Familiar 2013/2014 (R$ 21 bilhões), sem aumento das taxas de juros. De acordo com a Presidenta Dilma, esse valor pode ser ampliado, caso necessário.

2. A criação do Seguro de Renda da Agricultura Familiar (SEAF-Renda).

A mudança na metodologia de cálculo do Seguro da Agricultura Familiar promove a elevação de 65% da Receita Líquida Esperada, limitado a R$ 7 mil, para 80% da Receita Bruta Esperada, com limite de cobertura da renda líquida até R$ 20 mil. É um grande avanço. Com esta alteração, os principais beneficiados serão os contratos de menor valor. Ao todo, mais de R$ 7 bilhões em contratos de custeio estarão protegidos por esta modalidade de seguro que, no máximo, custará cerca de R$ 400 milhões aos cofres públicos, no caso de uma frustração de safra geral. Entretanto, para o governo, a medida valerá apenas para contratos a partir de janeiro de 2015. A CONTAG discorda e retomará de imediato as negociações com governo federal para garantir a inclusão de todos os contratos da próxima safra nesta modalidade de seguro, mesmo que o sistema bancário ainda não esteja pronto para operá-lo.

3. Regulamentação da ANATER.

A presidenta Dilma assinou o Decreto nº 8.252/2014, que regulamenta a Lei nº 12.897, de 18/12/2013, que 'institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências'. Para a CONTAG, não basta liberar recursos na qualidade de crédito para o financiamento da produção. É preciso que haja uma ATER com qualidade e em quantidade para atender a demanda de mais da metade dos estabelecimentos da Agricultura Familiar que não recebem qualquer apoio técnico e, portanto, comprometem a produção com qualidade. A CONTAG foi contemplada com a decisão do governo em garantir a gestão do sistema sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A CONTAG também cobrou, do presidente da Embrapa, maior atenção ao setor. Vale destacar a iniciativa do governo federal ao exigir que pelo menos 50% das chamadas de ATER seja destinado ao atendimento de projetos sob gestão das mulheres. Ao todo, deverão ser atendidas mais de 800 mil famílias.

4. Financiamento do Plano Brasil Agroecológico.

O Plano-Safra 2014/2015 avançará na metodologia de financiamento da produção agroecológica, incluindo investimentos e custeios para sistemas agroflorestais, considerando quaisquer tipos de consorciamentos, ao custo de 1%/ ano. Para essa modalidade já estão contratados técnicos capacitados para prestação da assistência técnica, tendo por finalidade o atendimento de todas as famílias que queiram mudar para o sistema agroecológico de produção.

5. Criação da linha especial Pronaf Produção Orientada.

A CONTAG voltou a cobrar do governo federal providências em relação à implementação do Pronaf Sustentável, metodologia criada por meio do Decreto nº 6.882/2009, que "instituiu o Pronaf Sustentável". Uma modalidade que prevê o financiamento da produção com visão sistemática da aptidão produtiva do estabelecimento, das condições socioeconômicas e da capacidade técnico-gerencial da família. Sua implementação iniciará pelas Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste – com recursos dos Fundos Constitucionais – devendo atender com prioridade as demandas e especificidades dessas regiões, inclusive orientando-se pelos princípios da Política Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica. É um crédito de investimento com teto máximo de R$ 40 mil por operação, com ATER garantida nos três primeiros anos, no valor de R$ 1.100,00/ ano, incluído na operação do crédito. O valor referente a ATER será descontado a título de bônus de adimplência.

6. Negociação de Dívidas dos Assentados.

Com os novos instrumentos de negociação de dívidas, conforme Medida Provisória nº 636/2013, cerca de um milhão de famílias assentadas da Reforma Agrária deverão ser reinseridas na dinâmica da produção. Serão liquidadas as dívidas do Pronaf A com desconto de 80% e renegociação com bônus de 50% na Região Norte e 45% nas demais regiões. Também serão zeradas as dívidas de crédito instalação até o valor de R$ 10 mil por beneficiário. Acima de R$ 10 mil até R$ 12 mil, descontos de 80% para liquidação, e 50% para cada parcela paga até a data de vencimento pactuada.

7. Programa Garantia-Safra.

Serão garantidos recursos para atendimento a 1,35 milhão de famílias, com benefício de R$ 850,00 para perdas acima de 50% da produção agrícola.

8. Melhorias no Programa de Garantia de Preços na Agricultura Familiar (PGPAF).

Denominado PGPAF Mais, na Safra 2014/2015 o programa ampliará a proteção de preço do PGPAF de determinadas culturas. A medida estimula a produção da Agricultura Familiar, ampliando a oferta de alimentos com estabilidade de preços para o consumidor, inclusive, concedendo um adicional de 30% sobre o percentual de desconto aplicado para o mesmo produto, quando a produção for agroecológica. A lista de culturas cobertas pelo programa também aumentará para mais de 50. Serão incluídos batata, batata-doce, cará, erva-mate, inhame, mandioca, mel, tomate e carne de caprino e ovino. No Nordeste, a proteção também contemplará a produção de leite.

9. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Prevê a disponibilidade de R$ 1,2 bilhão, incluindo como nova modalidade a 'Aquisição de Sementes', sendo que os limites foram ajustados e passam a ser individualizados, podendo ser acessado pelo mesmo agricultor em todas as modalidades.

10. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Neste programa, será garantido R$ 1,1 bilhão para ser operado, prioritariamente, para os assentados(as) da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e organizações produtivas de mulheres rurais.

11. Infraestrutura Rural.

Serão disponibilizados R$ 84 milhões, com abrangência em 239 Territórios Rurais e da Cidadania, para o Programa de Infraestrutura para Territórios Rurais (PROINF), com o objetivo de apoiar iniciativas de beneficiamento, armazenamento e de comercialização de produtos, além de estruturação e qualificação de serviços públicos locais ou estaduais de armazenamento, transporte, comercialização e outros.

12. Outros avanços do Plano-Safra da Agricultura Familiar 2014/2015.

a) disponibilidade de custeio de sistemas de produção agroecológica e orgânica a uma taxa de juros de 1% ao ano para produtores que querem investir na transição agroecológica;
b) ampliação do número de operações do Pronaf Jovem de uma para três de até R$ 15 mil;
c) ampliação do limite de cada operação do Microcrédito Produtivo Orientado (Pronaf B) de R$ 3,5 mil para R$ 4 mil, com bônus de adimplência de 25%. Para municípios em situação de emergência pela seca do Semiárido, o bônus será de 40%; **d)** aprovação dos recursos destinados ao Projeto Dom Helder Câmara; **e)** publicação da Medida Provisória nº 646/2014, que trata do registro e licenciamento de Máquinas Agrícolas, isentando do registro as máquinas da Agricultura Familiar que não transitarem em via pública.

CÉSAR RAMOS

MEIO AMBIENTE

1. Foram publicados os normativos legais necessários para dar início às ações para a realização do Cadastro Ambiental Rural – CAR: o Decreto Nº 8.235, de 5 de maio de 2014 e a Instrução Normativa Nº 2 do Ministério de Meio Ambiente. Com estas medidas, está aberta a possibilidade de ações dos estados para a realização do CAR, que começa a contar o prazo de um ano, prorrogado por maio um ano, previsto na Lei 12.651/12. Dessa forma, a CONTAG convoca todas as Federações a fazer demandas sobre os órgãos ambientais estaduais para estabelecer parcerias e auxiliar a realização do CAR para os 4,3 milhões de estabelecimento da agricultura familiar.
2. Serão realizadas as tratativas para a criação de um Grupo de Trabalho com o Ibama, Ministério Público, Incra e MSTTR com o objetivo de tratar de forma geral as questões ambientais relacionadas às infrações administrativas ambientais mais comumente identificadas nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, que consequentemente dão causa às multas e embargos aplicados pelos órgãos ambientais.
3. Foi anunciada a adição da quantidade de biodiesel na mistura com o diesel de 5% para 6%, a partir de julho, e 7% para novembro, atendendo uma reivindicação do Grito da Terra Brasil 2014, consolidando novas possibilidades para a agricultura familiar.
4. Houve aceitação da proposta de geração de energias alternativas, especialmente a partir da energia solar para o Semiárido, onde já existem linhas de financiamento disponibilizadas pelo BNDES por meio da Resolução do Conselho Monetário Nacional 4.267/13, com taxas de 2,3% a 5,5% ao ano. O que necessita é haver um entendimento com os bancos para resolver o problema de capilaridade que o BNDES não tem.

CÉSAR RAMOS

ASSALARIADOS(AS) RURAIS

CÉSAR RAMOS

1. Garantir seguro-desemprego para os trabalhadores(as) assalariados(as) rurais que trabalham com contratos por prazo determinado, de curta duração e por safra;
2. Criar programa para os assalariados(as) rurais que assegure, no período de entressafra, o recebimento de uma bolsa pecuniária vinculada à escolarização e qualificação, a exemplo do Programa Mão Amiga (Sergipe) e Chapéu de Palha (Pernambuco);
3. Assentamento dos trabalhadores assalariados rurais que perderem seus empregos em razão do processo de mecanização e automação;
4. Garantir aos assalariados(as) rurais acesso aos programas de habitação, readequando as normas para as especificidades deste público;
5. Assegurar aos assalariados(as) rurais, mediante alteração de lei, o direito ao Programa de Integração Social – PIS, independente do vínculo de trabalho ser com pessoa física ou jurídica;
6. Reconhecer o direito dos assalariados(as) rurais ao benefício da aposentadoria mediante comprovação do exercício da atividade rural com base em prova material;
7. Revisão da Tabela do Salário Família para equiparar a remuneração base ao salário mínimo vigente;
8. Manutenção da Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo;
9. Priorizar os jovens resgatados do trabalho escravo, ou precário, para a inserção em políticas públicas de formação, geração de renda e trabalho.

Todos os pontos da pauta de Assalariados(as) Rurais ainda está em negociação no âmbito da Comissão Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados - CNATRE.

JUVENTUDE

1. Apoiar a realização do Festival Internacional da Juventude Rural, a ser realizado em Brasília, em março de 2015.
O governo apoiará o festival, precisando a CONTAG encaminhar um projeto técnico.

2. Elaborar Plano Nacional de Sucessão na Agricultura Familiar, tendo por recorte as questões de acesso à terra, organização produtiva, geração de renda, saúde, educação, cultura e lazer para a juventude rural.
Após um longo processo de diálogo e articulação e diante das dificuldades na elaboração e implementação da Política Nacional da Juventude Rural, a Secretaria Nacional de Juventude resolve articular esforços na elaboração de um programa emergencial para juventude rural, intitulado de Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural. Ele é fruto de parceria com órgãos do governo federal, fundações e/ou universidades federais. A previsão é que o lançamento ocorra ainda para no primeiro semestre de 2014.

3. Implementar, em 2014, o Programa de Formação e Organização Produtiva da Juventude Rural com metas e orçamento que garantam a transição e a produção agroecológica juvenil.
O MDA pactuou ações a serem desenvolvidas no Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude, como:
- Projeto Formação Agroecológica e Cidadã para Juventudes do Campo que será executado por seis Universidades Federais de MG, PB, PE, PI, PA e RO, com valor total de R$ 4,7 milhões com três anos de execução, beneficiando cerca de 6 mil jovens nas regiões do Semiárido e Amazônia.
- Lançamento da ATER para a Juventude Rural.
- Qualificação da juventude rural para ampliar o acesso ao Pronaf Jovem por meio de integração com o projeto de formação Agroecológica e Cidadã e da ATER para a Juventude.

GABRIELLA AVILA

POLÍTICAS SOCIAIS

PROTEÇÃO INFANTO-JUVENIL NO CAMPO

AVANÇOS:

1. Criação de GT interministerial com participação da CONTAG, para construir, no âmbito do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma matriz de informações/indicadores sobre direitos humanos de crianças e adolescentes do campo, a partir do cruzamento de dados das bases da Secretaria de Direitos Humanos – SDH e demais fontes e bancos de dados já identificados no governo federal, em especial do IBGE, DATASUS e MDS. Contemplar no Atlas da Infância Brasileira, em elaboração pela Secretaria de Assuntos Estratégicos e pela SDH, o recorte urbano e rural. Para 2014, através de um projeto de cooperação internacional com o PNUD, a SDH apoia e constrói os insumos necessários para a concepção da matriz nacional de indicadores em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, em consonância com o Sistema Nacional de Direitos Humanos da SDH.

2. A partir de julho terão início as construções dos módulos de Educação Infantil do Campo no âmbito do PRONACAMPO.

QUESTÕES PENDENTES:

1. Estabelecer parceria técnica entre a CONTAG e a Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador/ Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde para a realização de ações formativas de educação em saúde e segurança do trabalho com produção de material audiovisual específico, voltadas para dirigentes, lideranças e assessorias do MSTTR sobre o trabalho infantil na agricultura e as consequências para o desenvolvimento de crianças e adolescentes do campo.

2. Inclusão na matriz pedagógica das Escolas de Conselhos de conteúdo específico sobre a infância e a adolescência do campo.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

I. PRONATEC

AVANÇOS:

A partir do desdobramento da reunião com o secretário da SETEC, foi criada uma comissão com o objetivo de trabalhar melhor os ajustes propostos pela CONTAG. A comissão fez uma primeira reunião com a participação do Instituto Federal de Brasília e de Goiânia, do MDA e da CONTAG, quando foi acordado promover ajustes na proposta considerando vários aspectos.

QUESTÕES PENDENTES:

Criar por dentro do Pronatec uma modalidade Pronatec Campo, partindo de um marco legal que permita executar a operacionalização dos pontos acima citados.

II. LICENCIATURAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

1: Serão realizados 5 seminários regionais. O primeiro ocorreu em Campina Grande/PB - 15 e 16 de maio. Depois, em 19 e 20 de maio, em Belém/PA. O objetivo é aprofundar o debate em torno da necessidade de se agilizar o processo de implementação de cursos de licenciatura de educação do campo.

CÉSAR RAMOS

2. PRONATEC: Foi lançado edital do PROJOVEM Campo Saberes da Terra com 40 mil vagas. O objetivo é tentar articular este com o PRONATEC. Na área urbana, já há experiências articuladas entre os dois programas;

3. Formação de Professores: o MEC já encaminhou ao CNE solicitação formal para que sejam construídas diretrizes para a formação de professores do campo.

4. Centro de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável: a SECADI fará uma articulação com a SISU para a liberação dos recursos para a conclusão das obras, demanda do GTB 2013.

QUESTÕES PENDENTES:

Construção de diretrizes que assegurem as bases de sustentação para a licenciatura em educação do campo. O grupo de trabalho de educação do campo está construindo uma proposta.

III. PRONERA

AVANÇOS:

1. O orçamento de 2014 será o mesmo de 2013, ou seja: R$ 30 milhões;

2. Existe uma demanda em 2014 de R$ 5,3 milhões para atender compromissos já assumidos e R$ 3 milhões para cobrir demandas de novos projetos;

3. É importante que os estados possam encaminhar projetos, mesmo que os valores sejam superiores ao disponibilizado para o período;

4. Será publicado um novo manual do PRONERA mais simplificado e incorporando informações complementares sobre os participantes;

5. Haverá nova chamada pública entre junho e julho de 2014.

QUESTÕES PENDENTES:

Acompanhar compromisso do Ministério do Planejamento em viabilizar a demanda para o apoio aos novos projetos para 2014 no valor de R$ 8,3 milhões.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

AVANÇOS:

1. Renovação do Termo de Cooperação Técnica MPS/INSS/CONTAG para a realização do Cadastro do Segurado Especial e da declaração anual de atividade rural, sendo que o MSTTR terá informações semestrais sobre a quantidade de trabalhadores(as) rurais cadastrados em cada município no CNIS-Rural.

2. O INSS comprometeu-se em melhorar o atendimento dos trabalhadores(as) rurais em relação aos benefícios por incapacidade, dando maior agilidade na realização das perícias médicas nas Agências de Atendimento que apresentam situação crítica.

3. Sobre o reconhecimento dos direitos previdenciários dos segurados(as) especiais a partir das informações que constam nas bases de dados que integram o sistema do CNIS-RURAL, o INSS informou que algumas bases de dados já vêm sendo utilizadas para o reconhecimento de direitos dos trabalhadores que já possuem vínculo com a Previdência, e orientou os STTRs a continuar fazendo o cadastro, pois as informações cadastradas serão utilizadas em favor dos segurados.

QUESTÕES PENDENTES:

1. A inclusão dos trabalhadores(as) rurais no novo modelo de análise dos benefícios por incapacidade, em que se dispensa a perícia médica para afastamentos do trabalho por período de até 60 dias, dependerá de novos estudos a serem feitos pelo MPS/ INSS e que serão debatidos com a CONTAG.

2. Sobre o pleito da CONTAG para que se reconheça o direito dos assalariados(as) rurais ao benefício da aposentadoria, mediante comprovação do exercício da atividade rural com base em indício de prova material, foi estabelecida uma agenda com o MPS para tratar do tema. Na visão do governo, a proposta apresentada pela CONTAG exige alteração da legislação e precisa ser discutida com outros ministérios do governo.

SAÚDE DOS POVOS DO CAMPO E DA FLORESTA

AVANÇOS:

1. Institucionalização de um grupo composto por todas as Secretarias do Ministério da Saúde, Conass e Conasems com o objetivo de avançar e capilarizar a implementação da Política de Saúde do Campo e Floresta. Este grupo se debruçará sobre o plano operativo da Política, definir estratégias para obtenção de informações precisas sobre as condições e necessidades de saúde da população do campo, estabelecer estratégias para levar a discussão para as CIB de CIT entre outras ações que contribuam para que essa política não se torne apenas em uma carta de intenções, mas que seja indutora de ações específicas para estas populações.

2. Convite para participação da CONTAG na reunião do colegiado ampliado da Anvisa, em junho, para discutir e encaminhar a reivindicação de fortalecimento e rigorosidade do papel da agência na regulação, proibição e fiscalização de agrotóxicos.

QUESTÕES PENDENTES:

1. Disponibilização pelo SUS de protetor solar como insumo para a prevenção de câncer de pele para trabalhadoras(as) na agricultura.

2. Elaboração de estratégia para implementação de atendimento de urgência e emergência nas comunidades e assentamentos rurais, sobretudo nas regiões contempladas pelo Programa Mais Médico.

*Veja os pontos sobre **Democratização e Acesso aos Meios de Comunicação e Inclusão Digital, Segurança Pública para o Campo, Saneamento Rural,** e **Saúde do Trabalhador(a) Rural** no Boletim Online, disponível no site da CONTAG (www.contag.org.br).*

MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR:

1. Proposições que as mulheres trouxeram à mesa, ainda durante a construção do Plano Safra da Agricultura Familiar de 2013/2014, finalmente foram anunciadas, depois de mais de um ano de debates. São medidas fundamentais que contribuem para o fortalecimento da organização produtiva e autonomia econômica das mulheres.

2. Uma das reivindicações das mulheres rurais presentes na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário era Paridade na Assistência Técnica, ou seja, 50% de atendimento para as mulheres. Agora tornou-se realidade oficialmente comprometida na execução do Plano Safra 2014/2015.

3. Outro anúncio fundamental foi a ampliação das ações de divulgação sobre o crédito buscando efetivar 30% do total de contratos do Pronaf para as mulheres, além da ampliação da operacionalização do microcrédito orientado para mulheres pelos agentes financeiros.

4. As mulheres também avaliam como positivo o fato de que os projetos produtivos das organizações de mulheres agora serão apoiados em financiamentos que terão até 90% de desconto do valor financiado para pagamento.

5. Outra novidade do novo crédito de instalação é a operacionalização via cartão, garantindo agilidade para acessar os recursos, e que inclusive estarão em nome das mulheres, como forma de garantir maior participação das companheiras nas tomadas de decisão em família.

QUINTAIS PRODUTIVOS:

1. Uma das principais pautas reivindicadas pelas mulheres no Grito da Terra Brasil 2014 foi a necessidade de fortalecimento da organização produtiva das mulheres por meio do apoio ao desenvolvimento de atividades nos quintais produtivos. Ficou estabelecido acordo intersetorial envolvendo Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional, e já ampliando o diálogo com o Ministério das Cidades, como possibilidade de fortalecimento dos projetos sociais do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), com apoio aos quintais produtivos.

2. Foi iniciado diálogo com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, no sentido de discutir formas de ampliação das ações de apoio aos quintais de produtivos. Como parte deste compromisso, deverão ser mapeadas possíveis ações em cada região do país de

CÉSAR RAMOS

acordo com as suas especificidades. A partir deste diagnóstico e dos mecanismos já existentes, será discutida com a CONTAG a forma de ampliação destas ações ainda neste segundo semestre.

AGROECOLOGIA:

1. Outro resultado importante anunciado no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 foi a definição de 1% de juros para qualquer que seja a linha de financiamento acessada pela agricultura familiar, cujas atividades sejam direcionadas à agroecologia, fortalecendo assim as demais ações planejadas na implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

TERCEIRA IDADE

1. Definir diretrizes que assegurem aos aposentados e pensionistas do INSS o direito aos empréstimos consignados por meio da utilização da conta benefício.
Os depósitos dos valores de empréstimos contratados para os aposentados e pensionistas, que recebem por meio de cartão magnético, serão feitos na conta benefício a partir da implantação do sistema de Empréstimo Consignado Online – ECO que está sendo desenvolvido pela Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social – DATAPREV.

2. Implementar o disposto no artigo 22 do Estatuto do Idoso, que trata da inserção de conteúdos do processo de envelhecimento da população brasileira nas grades curriculares em todos os níveis de ensino.
Os currículos descritos nesta lei são as matérias básicas obrigatórias a que estão vinculados os diversos níveis de ensino que são oferecidos pelo Estado e estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação. Essa demanda já está sendo analisada pelo Ministério de Educação.

3. Enfrentamento à violência contra a pessoa idosa.
A Secretaria de Direitos Humanos se comprometeu

CÉSAR RAMOS

em realizar ações articuladas entre os ministérios afins para coordenar, articular, pactuar e monitorar as responsabilidades no âmbito intra e intergovernamental no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Criar um conselho para garantia permanente de diálogo sobre políticas e negociações internacionais, assegurando a participação da CONTAG e dos demais movimentos sociais, para tratar especialmente das ações e das oportunidades e dos impactos na agricultura familiar.
O Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que já está tramitando na Secretaria-Geral da Presidência da República a proposta de conselho consultivo para que este seja um espaço de informação, de consulta e de planejamento das ações do MRE no Brasil e nos espaços de cooperação. Também foi destacado que o Itamaraty já mantém diálogo com a sociedade civil no âmbito do processo de elaboração de suas posições internacionais, em consonância com as diretrizes de política externa emanadas da Presidência da República.

2. Assegurar projetos de cooperação, de forma que garanta a participação efetiva da sociedade civil dos países envolvidos, como o apoio à Cooperação Sociedade Civil x Sociedade Civil específicos entre a CONTAG e as organizações da agricultura familiar dos países envolvidos na Cooperação Sul-Sul, em especial com a PAFO – Organização Panafricana de Agricultores, ROPPA – Organização de Agricultores da África do Oeste, a AFA – Associação dos Pequenos Agricultores da Ásia e a COPROFAM no âmbito da América Latina.
O MRE respondeu que apoiará o desenvolvimento de projetos de cooperação e que é possível financiar a participação de representantes da sociedade civil em ne-

RAFAEL FERNANDES

gociações, reuniões e ações internacionais e projetos de cooperação sobre segurança alimentar e nutricional, cooperação humanitária e combate à pobreza. Com base na experiência brasileira, o Programa PAA África prevê o engajamento e participação da sociedade civil, e proporciona espaços de diálogo entre os beneficiários do programa, representações nacionais, regionais e internacionais da sociedade civil.

ENTREVISTA

ADILSON ARAÚJO E VAGNER FREITAS

PORTAL CTB

O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), **Adilson Araújo,** destacou os avanços obtidos pela categoria trabalhadora rural no 20º Grito da Terra Brasil e parabenizou os trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como a CONTAG, as Federações e Sindicatos pela luta e inovação na estratégia de mobilização deste ano.

ROBERTO PARIZOTTI

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), **Vagner Freitas,** destacou a garantia de conquistas de políticas públicas para o campo brasileiro ao longo das duas décadas de realização do Grito da Terra Brasil. O dirigente também cita alguns avanços desse ano e cobra priorização no atendimento à pauta da reforma agrária.

Qual a importância do Grito da Terra Brasil para o campo brasileiro?

CTB: O Grito da Terra é a principal ação de mobilização e reivindicação do movimento sindical no campo brasileiro. Nos seus 20 anos de existência, apresentou à sociedade a voz autêntica dos trabalhadores(as) rurais e é o responsável direto pela reivindicação e por todas as conquistas de políticas públicas em vigor, para o campo, atualmente. 2014, particularmente, é um ano muito representativo para o Grito da Terra, sobretudo por ser este realizado no ano em que se celebra o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Em tempos de crise econômica mundial, ganha visibilidade e ênfase a luta em defesa da democracia, da liberdade e, mais ainda, a luta pela soberania alimentar. A CONTAG, ao realizar o Grito da Terra, afirma a necessidade da garantia de mais investimentos públicos, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável e fortalecimento da agricultura familiar, e caminha no sentido de dar sequência ao debate em defesa de um novo projeto de desenvolvimento nacional que tenha, na sua centralidade, a valorização do trabalho e do trabalhador e da trabalhadora.

CUT: O Grito da Terra Brasil tem importância histórica para o campo brasileiro, porque ele proporcionou o reconhecimento e a afirmação da Agricultura Familiar como um setor estratégico para a produção de alimentos para o País. Foi a partir desse reconhecimento que foi possível a formulação e implantação de políticas públicas de fortalecimento da Agricultura Familiar, com o Pronaf, em 1996, e depois com outras políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Seguro Agrícola, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, dentre outros. É importante ressaltar a contribuição que o Grito da Terra Brasil deu e continua dando na formulação de políticas públicas e fortalecimento da Agricultura Familiar e também para os assalariados(as) rurais durante todos esses anos de sua realização. Além da capacidade de combinar a mobilização e pressão com a negociação, o movimento sindical rural, capitaneado pela CONTAG, também tem dado uma excelente demonstração da sua capacidade de proposição e inovação, que propicia avanços e conquistas.

O 20º Grito da Terra Brasil adotou a estratégia de realizar mobilizações descentralizadas em todo o País. Como as centrais avaliam esta decisão?

CTB: O acerto dessa medida é inegável. Com essa iniciativa, a CONTAG, no ano em que celebra seus 50 anos, conseguiu multiplicar sua ação sindical em quase todos os estados, dando visibilidade ao movimento sindical e às pautas locais, numa ação ousada, estratégica e inovadora. Isso conferiu ao Grito da Terra uma unidade ainda maior com as bases, potencializando as ações do sindicalismo rural de forma mais dinâmica. Ao optar por descentralizar o Grito da Terra Brasil, a CONTAG buscou dar mais repercussão às demandas que vêm das bases. Houve uma correspondência e fortalecimento também no plano nacional com a ação forte da diretoria da CONTAG e da comissão nacional de negociação, que apresentaram ao governo uma pauta positiva. Sabemos que os problemas não serão resolvidos instantaneamente, mas o fato é que a CONTAG, as Federações e Sindicatos acertaram na estratégia escolhida para o GTB, ao mesmo tempo em que demonstraram unidade e poder de articulação nacional na defesa de um projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

CUT: Eu acredito e gosto de mudanças e processos inovadores que possam incluir cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas. Por isso, eu saúdo e parabenizo a CONTAG por ousar em mudar mais uma vez, propondo uma nova estratégia de mobilização. Em primeiro lugar, porque essa nova forma incorporou ainda mais trabalhadores(as) na mobilização, fazendo com que 50 mil pessoas participassem das mobilizações nos estados. Em segundo lugar, porque é preciso que os estados e municípios também sejam responsabilizados pela implementação das políticas públicas que têm interface com eles. Nesse sentido, as mobilizações estaduais fazem com que os governadores e prefeitos olhem para nossos trabalhadores(as) rurais de uma forma mais respeitosa, como um ator social, econômico e político que deve ser incorporado ao processo de desenvolvimento estadual e local a partir do atendimento das demandas que estamos apresentando. É preciso ressaltar que as políticas públicas para a agricultura familiar e assalariados e assalariadas rurais não dependem apenas do governo federal, mas também dos governos estaduais e municipais para serem implementadas na sua totalidade. Eu parabenizo a CONTAG, as Federações e os Sindicatos pela inovação.

Qual é a avaliação que as Centrais fazem das respostas do governo federal à pauta de reivindicações?

CTB: O saldo é positivo, com vitórias significativas conquistadas e outras frentes de lutas que permanecerão para além do GTB. O Grito da Terra abriu um caminho para o diálogo na busca do entendimento, e trouxe o anúncio de medidas importantes como negociação e remissão de dívidas dos agricultores(as) familiares e assentados(as) da reforma agrária e o anúncio de que a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) vai integrar o MDA, o que demonstra o compromisso do governo federal com a Agricultura Familiar, que é quem de fato produz alimentos e que precisa de assistência técnica, e não o agronegócio.

CUT: Acredito que, mais uma vez, os companheiros e companheiras podem comemorar vitórias para os trabalhadores(as) rurais. Uma vitória estratégica foi o anúncio de que a Anater vai ficar sob a coordenação do MDA, respeitando a regionalização e a Agricultura Familiar. Sabemos o quanto é importante uma assistência técnica que priorize a Agricultura Familiar para ampliar os projetos produtivos e o crédito. Não menos importante, foi a criação de um Grupo de Trabalho para encontrar uma solução para os critérios de registro sindical, porque isso vai ajudar também na discussão geral que as Centrais tem com o governo, para que a criação de novos sindicatos seja feita com a maior representatividade possível. Por outro lado, acho que o governo precisa dar prioridade para a Reforma Agrária. Esse ponto ainda precisa avançar. O Grito da Terra Brasil foi muito vitorioso e os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil tem muito o que comemorar. E isso é resultado direto da luta, da mobilização, pressão e da capacidade de negociação que vocês possuem. E vamos continuar lutando, porque é lutando que se conquista.

EXPEDIENTE

Jornal da CONTAG - Veículo informativo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) | Diretoria Executiva – Presidente Alberto Ercílio Broch | 1º Vice-Presidente/ Secretário de Relações Internacionais Willian Clementino da Silva Matias | Secretarias: Assalariados e Assalariadas Rurais Elias D'Ângelo Borges | Finanças e Administração Aristides Veras dos Santos | Formação e Organização Sindical Juraci Moreira Souto | Secretária Geral Dorenice Flor da Cruz | Jovens Trabalhadores Rurais Mazé Morais | Meio Ambiente Antoninho Rovaris | Mulheres Trabalhadoras Rurais Alessandra da Costa Lunas | Política Agrária Zenildo Pereira Xavier | Política Agrícola David Wylkerson Rodrigues de Souza | Políticas Sociais José Wilson Sousa Gonçalves | Terceira Idade Maria Lúcia Santos de Moura | Endereço SMPW Quadra 1 Conjunto 2 Lote 2 Núcleo Bandeirante CEP: 71.735-102, Brasília/DF | Telefone (61) 2102 2288 | Fax (61) 2102 2299 | E-mail imprensa@contag.org.br | Internet www.contag.org.br | Edição e Reportagem Verônica Tozzi | Edição, Reportagem e Diagramação Julia Grassetti | Reportagem Gabriella Avila | Foto da capa: Roberto Stuckert Filho/PR | Projeto Gráfico Wagner Ulisses e Fabrício Martins | Impressão Dupligráfica

www.contag.org.br facebook.com/contagbrasil @ContagBrasil youtube.com/contagbrasil